

◀ **CURSO DE OBRAS** ▶

**SEGUNDO A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

*o que
mudou?*



**RAFAEL
JARDIM**



CURSO DE OBRAS

SEGUNDO A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: *O QUE MUDOU?*

APRESENTAÇÃO

Lei 14.133/2021 – a NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. E com ela, novas ferramentas, novos conceitos e terminologias, novos desafios. Este seminário propõe ao participante o acesso prático, contextualizado e organizado aos mais variados tópicos relacionados a todas as mudanças relacionadas ao planejamento, à governança, à licitação e à fiscalização e à entrega de obras públicas, reunindo e descomplicando todas as novidades alçadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

Conceito e implicações do novo termo “Obras comuns de engenharia”; consequências da nova definição de “obras públicas”; princípios legais impactantes na execução de obras e serviços de engenharia; licitações de e serviços de engenharia “apenas” com termo de referência ou com projeto básico simplificado; contratação integrada, semi-integrada e fornecimento com prestação de serviço associado; novos critérios de julgamento; novidades sobre o seguro de obras; aplicabilidade da Lei 8.666/93 dos novos processos e nas licitações e contratos em andamento; Estudos Técnico-Preliminares e gestão de riscos de obras públicas; o novo rito licitatório; contratação de projetos e consultoria segundo a nova legislação; requisitos de investidura para de obras e da comissão de contratação; modificações do cálculo do limite de 25% para alterações por acordo; novéis implicações em caso de atraso da obra; relação entre os fiscais e o órgão de assessoramento jurídico e com o controle; novos institutos sobre a responsabilidade do agente público; disposições sobre orçamento de obras públicas; micro e pequenas empresas em obras e serviços de engenharia; responsabilidade da contratada na realização de estudos ambientais e desapropriatórios; obras de engenharia licitadas por lances abertos (como o pregão); novidades sobre a divulgação do edital e prazos de publicidade; modificações na lógica de habilitação técnica; atestados das subcontratadas; critérios para avaliação de inexecução (o que muda?); Registro de Preços para obras públicas; pré-qualificação; contratos de eficiência; Procedimento de Manifestação de Interesse para realização de projeto; TUDO ISSO E MUITO MAIS!!!

E, claro, oferece-se também os temas que remanescem desafiadores, também na nova lei: Chuvas, BDI, obras emergenciais, distâncias de transporte, diferenças entre empreitadas globais e empreitadas por preço unitário, prazo da obra, responsabilidade dos fiscais da obra e toda a complexa malha de assuntos relacionados ao assunto. Mas não só isso!

Mais que uma apresentação passo a passo das principais novidades da nova lei sobre obras públicas, o treinamento pretende clarificar um standart de raciocínio para a solução dos problemas que rodeiam o tema – envolvendo a necessária relação entre engenharia, arquitetura e direito administrativo –, capaz de suportar a solução das mais variadas situações que fatalmente irão surgir no dia a dia dos agentes públicos que militam nessa seara.

Aos fiscais, membros de comissão de licitação, orçamentistas, projetistas e gestores um compêndio historiado das trilhas legais para o bom e regular emprego de recursos públicos em obras públicas. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.

OBJETIVOS

- ✓ Situar os participantes quanto às principais novidades da Nova Lei de Licitações e Contratos envolvendo a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas;
- ✓ Avaliar o impacto da nova lei na jurisprudência do TCU então constituída;
- ✓ Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas segundo a nova lei, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia a dia administrativo.
- ✓ Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas.

PÚBLICO ALVO

- ✓ Fiscais de contrato, membros de comissão de licitação, auditores, consultores jurídicos, ordenadores de despesa, orçamentistas de obras públicas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.

VANTAGENS DO CURSO

- ✓ Conteúdo teórico e prático, desenvolvido à luz das orientações dos órgãos de controle;
- ✓ Palestrante com vasta experiência na matéria;
- ✓ Material didático diferenciado da JML;
- ✓ Profissionalismo, pontualidade e rigor científico.

VANTAGENS DA PLATAFORMA EAD GRUPO JML

- ✓ Interatividade pelo Fórum JML.
- ✓ Acesso fácil e intuitivo;
- ✓ Possibilidade de assistir a mesma aula até 5 vezes;
- ✓ Material didático do curso e complementar (Revista JML, E-BOOKS etc.);
- ✓ Controle pelo sistema do progresso do aluno;
- ✓ Certificação pelo próprio sistema;
- ✓ Reprises das aulas ao vivo, quando for o caso.

PALESTRANTE



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização de Bancos e Fundos de Pensão do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO DE APRESENTAÇÃO DO CURSO

- ✓ Apresentação do curso
- ✓ Contextualização da dinâmica de exercícios e material complementar
- ✓ Procedimentos para saneamento de dúvidas
- ✓ Visão geral das 23 aulas do treinamento, divididas em módulos

MÓDULO 1 – Visão geral da Nova Lei 14.133/2021

- ✓ Hermenêutica licitatória e princípios basilares da Lei 14.133/2021
- ✓ O papel do princípio do planejamento
- ✓ Vigência e eficácia da Nova Lei Geral de Licitações
- ✓ Abrangência da Lei 14.133/2021
- ✓ Visão geral das obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/2021
- ✓ Aplicabilidade à micro e pequenas empresas

MÓDULO 2 – Governança dos contratos de obras e serviços de engenharia na Nova Lei de Licitações

- ✓ Responsabilidades da alta administração
- ✓ Gestão por competências na designação de agentes de contratação e fiscais de contrato
- ✓ Segregação de funções e impactos para obras e serviços de engenharia
- ✓ Papel da assessoria jurídica e do controle interno
- ✓ Conceituação de governança e sua relação com o resultado “obra”
- ✓ O papel do planejamento das contratações para o sucesso das obras públicas e serviços de engenharia
- ✓ Definição de riscos estratégicos, operacionais e de conformidade
- ✓ A teoria das três linhas de defesa na Nova Lei de Licitações e Contratos

MÓDULO 3 – Estudos Técnicos Preliminares aplicados a obras e serviços de engenharia

- ✓ Exigências de ETP na Lei 8.666/93 e decretos regulamentadores do pregão
- ✓ Relação entre discricionariedade, motivação e a realização dos estudos preliminares
- ✓ Obrigatoriedade de planejar

- ✓ Relação entre estudos preliminares e estudos de viabilidade de obras e serviços de engenharia
- ✓ ETP na Nova Lei de Licitações
- ✓ As 13 etapas de um ETP:
- ✓ Descrição da necessidade
- ✓ Requisitos necessários à contratação
- ✓ Levantamento de mercado
- ✓ Descrição da solução
- ✓ Estimativa de quantidades
- ✓ Estimativa do valor da contratação
- ✓ Justificativa quanto ao parcelamento
- ✓ Contratações correlatas ou interdependentes
- ✓ Previsão no Plano Anual de Contratações
- ✓ Resultados pretendidos
- ✓ Providências a serem tomadas previamente ao contrato
- ✓ Impactos ambientais e respectivos tratamentos
- ✓ Declaração de viabilidade
- ✓ Informações suplementares eventualmente necessárias

MÓDULO 4 – Construção do mapa de riscos em obras e serviços de engenharia

- ✓ Obrigatoriedade do mapeamento de riscos em obras e serviços de engenharia
- ✓ Fases de avaliação obrigatória de riscos
- ✓ Identificação de ventos críticos em licitações e contratações de obras e serviços de engenharia
- ✓ Avaliação de riscos
- ✓ Probabilidade, impacto e risco inerente
- ✓ Priorização de riscos críticos
- ✓ Respostas a riscos de engenharia
- ✓ Método bowtie
- ✓ Diagrama de Ishikawa
- ✓ Atividades de controle
- ✓ Monitoramento de riscos
- ✓ Exercício prático

MÓDULO 5 – Projeto básico e projeto executivo na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

- ✓ Diferenças na definição de projeto básico na Lei 8.666/93 e na Lei 14.133/21
- ✓ Ponderação sobre a validade da jurisprudência então firmada sobre o conteúdo mínimo do projeto básico na Nova Lei
- ✓ Exigências de orçamento detalhado e os “lapsos” da NLL
- ✓ Orientação Técnica 01-IBRAOP
- ✓ Projeto executivo: nova definição na NLL
- ✓ A obrigatoriedade relativa do projeto executivo na Lei 14.133/21
- ✓ Impossibilidade de aprovação de projeto executivo alterando relevantemente o projeto básico
- ✓ Diferenças entre anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e as built
- ✓ Exigibilidade do uso da tecnologia BIM
- ✓ Responsabilidade dos projetistas
- ✓ Procedimento de Manifestação de Interesse como ferramenta para elaboração de projetos

MÓDULO 6 – Elaboração do orçamento – Parte 1 – Parâmetros de preços de mercado

- ✓ Previsões da Lei 14.133/21 sobre o orçamento de obras e serviços de engenharia
- ✓ Uso do Sicro e Sinapi como parâmetros obrigatórios
- ✓ Possibilidade de estados e municípios utilizarem-se de parâmetros de preços diversos
- ✓ Base nacional de notas fiscais
- ✓ Aplicabilidade do Decreto 7.983/2013
- ✓ Sicro e Sinapi como presunções relativas de preços de mercado
- ✓ Possibilidade de adaptações aos sistemas oficiais de referência
- ✓ Visão geral de escolha da composição correta no Sinapi (casos típicos de erro)
- ✓ Árvore de composições

MÓDULO 7 – Elaboração do orçamento – Parte 2 – Escolha das composições

- ✓ Uso de composições representativas no Sinapi, para racionalização do orçamento
- ✓ Localização da lista de composições representativas no Sinapi
- ✓ Exemplo de composições representativas
- ✓ Cuidados para a quantificação dos serviços nos orçamentos de obras
- ✓ Necessidade de memorial descritivo e caderno de encargos

- ✓ Critérios de quantificação dos serviços no Sinapi e eventuais diferenças com relação a outros sistemas
- ✓ Serviços de maior recorrência de erros nos critérios de medição dos serviços, com dano ao Erário

MÓDULO 8 – Elaboração do orçamento – Parte 3 – Materiais

- ✓ Conhecimento necessários dos sistemas oficiais para promover modificações no Sinapi/Sicro
- ✓ Previsões no Decreto 7.983/2013 sobre adaptações aos sistemas de referência e aplicabilidade ao jazido na Lei 14.133/21
- ✓ Critérios do Sinapi para o consumo de materiais
- ✓ Critérios do Sinapi para a precificação dos materiais
- ✓ Casos de necessidade a pesquisas de preços
- ✓ Composições representativas, representadas e AS
- ✓ Curva ABC de insumos
- ✓ Custos de transporte

MÓDULO 9 – Elaboração do orçamento – Parte 4 – Mão de obra

- ✓ Critérios do Sinapi para o consumo de mão de obra
- ✓ Critérios do Sinapi para o custo de mão de obra
- ✓ Encargos sociais
- ✓ Grupo A
- ✓ Grupo B
- ✓ Grupo C
- ✓ Grupo D
- ✓ Diferenças entre horistas e mensalistas
- ✓ Encargos sociais adicionais
- ✓ Impacto das chuvas nos custos de mão de obra
- ✓ Desoneração da folha de pagamento

MÓDULO 10 – Elaboração do orçamento – Parte 5 – Equipamentos – Parte 1

- ✓ Critérios do Sinapi para a definição do consumo produtivo e improdutivo de equipamentos
- ✓ Critérios do Sinapi para a definição do custo produtivo e improdutivo de equipamentos
- ✓ Definição de custo produtivo e improdutivo
- ✓ Componentes do custo produtivo e improdutivo

- ✓ Depreciação
- ✓ Juros de capital
- ✓ Seguros e impostos
- ✓ Custos de materiais na operação
- ✓ Custos de manutenção
- ✓ Custo de mão de obra na operação
- ✓ Obtenção do custo horário do equipamento com base, apenas, na pesquisa dos custos de sua aquisição, utilizando critérios do Sinapi
- ✓ Exemplo prático

MÓDULO 11 – Elaboração do orçamento – Parte 6 – Equipamentos – Parte 2

- ✓ Conceito de tempo de ciclo
- ✓ Fatores redutores de produtividade: fator de tempo de serviço e fator de empolamento
- ✓ Tempo de ciclo de caminhões basculantes
- ✓ Elementos do custo produtivo e elementos do custo produtivo
- ✓ Cálculo prático de coeficiente produtivo e improdutivo em composição do Sinapi
- ✓ Adaptação de coeficiente produtivo de composição do Sinapi, alterando a velocidade do caminhão basculante
- ✓ Balanço geral da necessidade de adaptações de composições do Sinapi, modificando parâmetros de entrada dos equipamentos

MÓDULO 12 – Elaboração do orçamento – Parte 7 – BDI

- ✓ BDI na Lei 14.133/21
- ✓ Súmula TCU nº 258
- ✓ Elementos componentes do BDI
- ✓ Fórmulas de cálculo
- ✓ Acórdão TCU 2622/2013-Plenário – empregabilidade no âmbito da NLL
- ✓ BDI diferenciado para materiais
- ✓ Erros típicos na composição do BDI – os casos do ISS, da CPRB, do IRPJ e da CSLL
- ✓ BDI acima dos referenciais da administração: o que fazer
- ✓ Jurisprudência do TCU

MÓDULO 13 – Elaboração do orçamento – Parte 8 – Custos indiretos

- ✓ Critérios de quantificação, precificação e medição para:
- ✓ Mobilização e desmobilização

- ✓ Instalação e manutenção do canteiro de obras
- ✓ Administração local
- ✓ Fontes para pesquisas de salários de profissionais para a composição de custos indiretos
- ✓ Menções aos custos indiretos no Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário
- ✓ O efeito do dimensionamento do prazo da obra no orçamento
- ✓ Metodologia PERT/CPM
- ✓ Jurisprudência do TCU

MÓDULO 14 – Contratação direta de obras e serviços de engenharia na NLL

- ✓ Dispensa e inexigibilidade na Lei 14.133/21
- ✓ Documentos necessários para a instrução do processo na NLL
- ✓ Novidades com relação à inexigibilidade, com impacto nas obras e serviços de engenharia
- ✓ Casos de inexigibilidade
- ✓ Notória especialização
- ✓ Credenciamento
- ✓ Aquisição ou locação de imóvel
- ✓ Novidades quanto às dispensas
- ✓ Dispensas por valor
- ✓ Decreto Federal 10922/2021
- ✓ Licitações desertas ou fracassadas
- ✓ Emergência em obras e serviços de engenharia
- ✓ Eventual desnecessidade de projeto completo para a contratação em emergências
- ✓ Novos prazos contratuais em contratações emergenciais
- ✓ Remanescente de obra

MÓDULO 15 – Procedimento licitatório – Parte 1

- ✓ Obras e serviços comuns de engenharia: novas definições
- ✓ Pregão ou concorrência: qual modalidade utilizar?
- ✓ Modos de disputa em obras e serviços de engenharia
- ✓ Inversão de fases de julgamento
- ✓ Orçamento sigiloso
- ✓ Prazos mínimos de publicidade dos editais para obras e serviços de engenharia

MÓDULO 16 – Procedimento licitatório – Parte 2

- ✓ Novos critérios de julgamento e preferências para obras e serviços de engenharia
- ✓ “Fase” de negociação
- ✓ Critérios de julgamento de acordo com todo o ciclo de vida do objeto “obra”
- ✓ Novidades com relação à técnica e preço
- ✓ Maior retorno econômico
- ✓ Novos critérios de desclassificação e inexecutabilidade
- ✓ Princípio do formalismo moderado como régua de desclassificação

MÓDULO 17 – Construção do edital – Parte 1

- ✓ Escolha do regime de execução contratual
- ✓ Empreitada por preço global
- ✓ Empreitada por preço unitário
- ✓ Empreitada integral
- ✓ Tarefa
- ✓ Acórdão 1.977/2013-TCU-Plenário aplicabilidade na nova lei de licitações

MÓDULO 18 – Construção do edital – Parte 2

- ✓ Regime de execução “fornecimento e prestação de serviços associado”
- ✓ Lei 14.011/2020 – contratação de facilities
- ✓ Contratação integrada e contratação semi-integrada
- ✓ Casos de utilização
- ✓ Obrigações de meio x obrigações de fim
- ✓ Elementos mínimos de anteprojeto
- ✓ Orçamentação das contratações integradas e semi-integradas
- ✓ Matriz de riscos
- ✓ Novidades quanto aos riscos direcionados quanto ao licenciamento ambiental e a desapropriação

MÓDULO 19 – Construção do edital – Parte 3

- ✓ Habilitação na Lei 14.133/21
- ✓ A relatividade da “fase recursal única”
- ✓ Novidades com relação à habilitação econômico-financeira
- ✓ Pré-habilitação
- ✓ Novidades com relação à habilitação técnica
- ✓ Visita técnica

- ✓ Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional
- ✓ Aplicabilidade da Súmula TCU nº 263/2011 em licitações lastreadas na Lei 14.133/21
- ✓ Vedações específicas
- ✓ Habilitação de consórcios

MÓDULO 20 – Construção do edital – Parte 4

- ✓ Publicidade, reajustes e recursos
- ✓ Necessidade de publicação no PNCP
- ✓ Casos de necessidade de republicação do edital
- ✓ Impugnação do edital
- ✓ Novidades na NLL com relação aos recursos
- ✓ Novidades na NLL relativas a aplicação de sanções
- ✓ Reajustes e repactuação
- ✓ Necessidade de considerar, para o cômputo inicial da data de reajuste, o orçamento ao qual a proposta se referir (novidade)
- ✓ Data-base de escolha para pesquisa de preços de itens novos e sua relação com os critérios de reajuste

MÓDULO 21 – Fiscalização de obras e serviços de engenharia

- ✓ Gestão por competências e a exegese do art. 7º da NLL
- ✓ Capacidade da fiscalização
- ✓ Casos de necessidade de informação dos superiores
- ✓ Segregação de funções aplicáveis ao fiscal
- ✓ Modelo de gestão do contrato
- ✓ Conteúdo mínimo de documentos nas medições
- ✓ Diário de obras, diário do contrato e livro de ordem: diferenças
- ✓ Conteúdo sugerido para o diário de obras

MÓDULO 22 – Aditivos contratuais

- ✓ Teoria das áleas
- ✓ Teoria da imprevisão
- ✓ Alterações unilaterais e por consenso, na NLL
- ✓ Alterações por falha de projeto
- ✓ Modificações de prazo de vigência
- ✓ Limites para aditivos e forma de cálculo
- ✓ Novidades com relação aos limites para aditivos e eventual validade da Decisão-TCU 215/99
- ✓ Vedações ao jogo de planilhas na SLL

MÓDULO 23 – Entrega da obra

- ✓ Recebimentos provisório e definitivo na Lei 14.133/21
- ✓ Garantia quinquenal pela solidez e segurança da obra
- ✓ Jurisprudência do STJ e do TCU
- ✓ Novidades na NLL quanto à garantia quinquenal
- ✓ Casos de perda do direito à garantia
- ✓ Responsabilidade objetiva da projetista



CARGA HORÁRIA: 20 HORAS,

sendo 12 horas de aulas gravadas e 8 horas de atividades complementares

INVESTIMENTO

R\$ 2.750,00 (Dois mil setecentos e cinquenta reais.)

O que inclui:

- ✓ Acesso ao programa Online Completo;
- ✓ Material digital;
- ✓ Acervo JML digital de e-books;
- ✓ Certificado Digital.

ORIENTAÇÕES PARA A INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição deverá ser efetuada pelo telefone (41) 3595-9999, ou no portal da JML (portal.jmlgrupo.com.br); e o respectivo pagamento em nome de Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda., CNPJ nº 07.777.721/0001-51 – Banco:

Caixa Econômica Federal: Agência: 0997 - Op: 003 - C/C 161 – 5

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA INSCRIÇÃO

CERTIDÕES: [Acesse o link](#) para obter as certidões negativas atualizadas e outros documentos necessários para elaboração do processo de contratação.

Estamos também disponíveis através da **Central de Relacionamento JML**: fone (41) 3595 9999 de segunda à sexta – das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h00min (horário de Brasília) ou pelo portal: www.jmlgrupo.com.br > opção: **Central de Relacionamento JML**.



CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML
41 3595.9999 / **WhatsApp 41 98798-2253**
portal.jmlgrupo.com.br